

## **ICOARACI, ENTRE O ANTIGO E O NOVO: APONTAMENTOS SOBRE A CENTRALIDADE URBANA E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA METRÓPOLE DE BELÉM**

Erick Afonso Santiago Ramos<sup>1</sup>.

Léa Maria Gomes da Costa<sup>2</sup>.

### **RESUMO**

O presente artigo tem como intuito apresentar o encaminhamento de uma pesquisa de dissertação acerca da centralidade urbana, cuja proposta de análise se pauta na representação social dos agentes produtores do espaço que cotidianamente atuam na metrópole, sendo o lócus de pesquisa Icoaraci, distrito situado na área de expansão da cidade de Belém-PA. A metodologia se apresenta na revisão bibliográfica de categorias essenciais para tal discussão e idas a campo com a realização de entrevistas abertas a fim de identificar as representações demonstradas por alguns agentes sociais acerca da centralidade de Icoaraci. As conclusões aqui apresentadas possuem caráter preliminar, partindo da ideia de que a expansão urbana e o consumo tem incorporado o distrito à lógica metropolitana e que tal processo tem impactado nas representações e narrativas dos agentes sociais alterando a percepção dos mesmos acerca da centralidade local.

Palavras-chave: Centralidade urbana; representações sociais; Icoaraci.

GT – “4”: “Economia urbana, trabalho, comércio e consumo”.

### **1. INTRODUÇÃO**

Como diversas cidades em todo o Brasil, Belém apresentou a partir dos anos 1970 um contexto de relevantes mudanças no que condiz ao processo de expansão urbana, o qual se deu em virtude do acelerado crescimento populacional, resultante da migração rural-urbano e da dispersão de assentamentos habitacionais. Historicamente o quadro econômico da capital paraense se estruturou, sobretudo no setor terciário, caracterizando-se tal setor como o de maior importância dentro da escala metropolitana da qual a mesma é impulsionadora. (TRINDADE JR, 1998; MENDES, 2018)

O crescimento populacional ocorrido nesta capital nos últimos anos pode ser destacado conforme dados contidos na Tabela 1, onde se observa que sua população quase triplicou entre os anos de 1950-1970 e que vinte anos depois (1991) ela praticamente dobrou, alcançando a cifra de 1,2 milhão de habitantes. Nos últimos dois censos demográficos, Belém permanece no conjunto das cidades com mais de um milhão de habitantes, alcançando sua

---

<sup>1</sup> Mestrando em planejamento do desenvolvimento sustentável do trópico úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (PPGPDSTU/NAEA/UFPA). E-mail: erickafonso@outlook.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em geografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO/IFCH/UFPA). E-mail: lmgc1298@gmail.com.

Região Metropolitana<sup>3</sup>, em 2010, um total de 2.101.883 (MENDES, 2018).

Tabela 1: Belém – população. 1950-2010

1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
225.218	399.222	642.514	933.287	1.244.689	1.280.614	1.393.399

Fonte: Trindade Jr., 2016 e IBGE, Censos Demográficos, 1960 a 2010.

Mesmo considerando que nos últimos anos se desenvolveu no Brasil um processo de desconcentração da população em relação aos aglomerados metropolitanos (LENCIONI, 2017), é possível perceber que a concentração populacional de Belém e de sua Região Metropolitana ainda é considerável e tem se mantido relativamente estável, visto que em 2000 a RMB concentrava 33,67% da população do Estado e em 2010 esse percentual foi registrado em 32,15% (IBGE, Censos 2000 e 2010). Esta concentração populacional está intrinsecamente ligada à intensificação do processo de dispersão urbana ocorrido na metrópole paraense a partir dos anos 1990, o qual tem sido marcado pelo crescente espraiamento de seu tecido urbano.

No contexto de ampliação do tecido urbano e de dispersão dos assentamentos, forjaram-se dois vetores de expansão: o vetor da BR-316 – eixo viário em torno do qual se desenvolve o crescente espraiamento do espaço metropolitano e que se estende para além dos limites oficiais da RMB (RIBEIRO, 2016) e o vetor da Avenida Augusto Montenegro, cuja configuração pode ser associada à intensificação da conurbação na Região Metropolitana, como a ocorrida entre Belém e Ananindeua, e à ampliação da mobilidade no espaço intra-urbano, o qual permite o acesso a áreas periféricas distantes do núcleo central, como os distritos de Icoaraci, Caratateua e Mosqueiro.

Até o final dos anos de 1990 os vetores de expansão metropolitana se caracterizaram, preponderantemente, pela escassez de infraestrutura urbana, multiplicação de moradias precárias (MARICATO, 2014; IBGE, 2010), instalação de conjuntos habitacionais destinados à classe média e implantação ainda pontual ou embrionária de espaços elitizados ou fechados. Tais fatores configuraram um padrão de urbanização dispersa identificado como metropolização da pobreza (CARDOSO, *et al*, 2006; TRINDADE JR, 1998b; RODRIGUES, 1996).

<sup>3</sup>A Região Metropolitana de Belém (RMB) foi instituída pela Lei Complementar nº 14 de 08/06/1973, formada àquela época por Belém e Ananindeua. Em 1995 englobou os municípios de Marituba, Benevides, Santa Bárbara (LC nº 27/1995). Em 2010 e 2011 a mesma passou por reconfigurações incorporando, respectivamente, os municípios de Santa Isabel do Pará e Castanhal (LC nº 72/2010 e LC nº 76/2011), passando a ser composta, portanto, por 7 municípios e por uma área de 3.565.783 km<sup>2</sup>(TRINDADE JR., 1998; IPEA, dez./2013; PARÁ, DOE de 29/12/2011).

Em estudo recente, Mendes (2018) defende a ideia de que a expansão urbana em Belém não pode mais ser associada a um processo simples de avanço da urbanização metropolitana, pois a mesma tem assumido características de complexificação que permitem identificar a formação de um complexo de metropolização dispersa em que a mundialização financeira adentra a realidade local por meio da propagação de condomínios fechados e pela atuação em larga escala do capital imobiliário, favorecendo a formação de espaços de auto-segregação, os quais se justapõem aos quadros de pobreza e precariedade urbana intrínsecos à metrópole paraense.

A partir dos estudos acima referenciados pode-se inferir que em Belém tem se dado a ocorrência de uma dinâmica urbana marcada por fenômenos socioespaciais que podem ser associados a um processo de reestruturação metropolitana, entre tais fenômenos se destacam a crescente mercantilização do espaço da moradia (TRINDADE JR, 2017; VENTURA NETO, 2012) e a constituição e/ou ampliação de novas centralidades, as quais têm sido forjadas pela implantação de grandes objetos espaciais de consumo e serviços, alterações no uso e ocupação do solo e reordenamento da malha viária. Neste contexto, chama atenção a centralidade de Icoaraci, distrito situado no espaço intra-urbano de Belém e que se constitui o *locus* da pesquisa ora realizada. Icoaraci dista aproximadamente 20 km do centro tradicional de Belém<sup>4</sup> e integra o vetor de expansão da Avenida Augusto Montenegro.

Conhecido historicamente como Vila Sorriso ou Vila Pinheiro, o Distrito possui singularidades dentro do contexto da cidade de Belém, não podendo ser identificado como uma nova centralidade composta a partir da dinâmica recente da metrópole.

De acordo com Costa (2007) a formação socioespacial de Icoaraci se deu enquanto povoado ribeirinho situado na porção norte da Baía do Guajará<sup>5</sup>, cuja origem remonta ao século XVIII. Em virtude de sua localização, o mesmo desenvolveu por longo período a função de pequeno entreposto comercial, estabelecendo, por vias fluviais, relações com povoados da região do estuário Guajarino<sup>6</sup>. Em meados do século XX juntamente com Ananindeua, passou a compor

---

<sup>4</sup> Como centro tradicional de Belém considera-se o polígono formado pelos bairros da Cidade Velha, Campina e Comércio.

<sup>5</sup> A Baía do Guajará localiza-se em frente à parte noroeste da cidade de Belém e prolonga-se até a Ilha do Mosqueiro, a norte, onde se encontra com a Baía do Marajó, no rio Pará, sendo formada pela confluência dos rios Acará e Guamá (PARÁ, 2016).

<sup>6</sup> De acordo com PARÁ (2016), o estuário Guajarino faz parte do Golfo Marajoara, que compõem o sistema hidrográfico da foz do rio Amazonas. É formado por um sistema de drenagens continentais em regime de descarga em ambiente marinho.

os núcleos formadores da área suburbana da capital (PENTEADO, 1968), tendo na atividade comercial e na produção oleira e artesanal o suporte de sua dinamicidade urbana. Desse processo de formação socioespacial se forjou, portanto, uma centralidade que guardou certas particularidades no contexto local, podendo ser entendida como uma centralidade em processo de reforço ou de consolidação.

Uma particularidade que aqui se pretende destacar é a da diversidade de sujeitos que constroem sua dinâmica socioespacial, onde se destacam pescadores, industriais, comerciantes formais e informais, artesãos, moradores e lideranças de movimentos sociais, os quais podem ser identificados como agentes produtores do espaço local por influírem diretamente no uso e apropriação do solo urbano.

Nesse sentido, o presente artigo traz representações e narrativas de moradores, lideranças de movimentos sociais e comerciantes informais que foram selecionados como sujeitos da pesquisa sobre a centralidade de Icoaraci, visando identificar suas percepções acerca de tal centralidade e das modificações recentes desenvolvidas na dinâmica metropolitana na qual ela está inserida. Sabendo que a centralidade envolve embate de forças tanto de cunho político quanto econômico, a captura desse processo a partir da percepção das pessoas torna-se importante para tentar entender os posicionamentos e possíveis resistências destes segmentos sociais frente às transformações que se desenvolvem no espaço local, cuja abordagem é objeto da pesquisa ora em desenvolvimento.

## 2. REPRESENTAÇÃO DE AGENTES SOCIAIS COMO POSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO DAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NA METRÓPOLE

### 2.1. A REESTRUTURAÇÃO URBANA

Na contemporaneidade a discussão sobre a conceituação da estrutura urbana tem sido realizada por vários autores, entre os quais se destaca Sposito (2004). A autora aponta que o processo de entendimento da estrutura urbana teve seu início na 1ª Revolução Industrial quando ocorreu a concentração e a continuidade do tecido urbano das cidades, tendo como consequência uma orientação das formas de produção e da gestão do espaço urbano.

[...] O processo de extensão urbana e o de suburbanização ocorriam *pari passu* ao aumento da concentração demográfica e como expressão dessa dinâmica, fazendo com que a estrutura urbana, segundo um esquema de centro-periferia, tivesse início no século XIX (SPOSITO, 2004, p. 267).

Com isso, tal processo já demonstrava, como numa expressão na escala intra-urbana, uma separação socioespacial pela extensão do tecido urbano juntamente com a concentração demográfica que a acumulação capitalista capitaneava. Outro fator que foi preponderante para a estrutura urbana na Revolução Industrial foi o transporte<sup>7</sup>, visto que os sistemas viários, como o ferroviário, tiveram papel decisivo nesse processo e se constituíram num poderoso fator de concentração, gerando a “cidade tentacular” (SELLIER *apud* SPOSITO, 2004) que tinham em tais sistemas os principais eixos de estruturação dos espaços urbanos.

Sposito (2004) argumenta que as estruturas urbanas estão em constante movimento, sempre em transformação e que o mais adequado seria o uso do termo “estruturação”. Na proposição da autora a mudança do sufixo traz consigo a ideia de um processo “contínuo, múltiplo e contraditório” (SPOSITO, 2004, p. 311), assim como contém sua própria negação.

Carlos (2001) interpreta a estrutura urbana da cidade contemporânea, como “[...] expressão do estágio de desenvolvimento das formas produtivas em que a concentração espacial dos recursos corresponde a uma necessidade ditada pela exigência da acumulação” (CARLOS, 2001, p.13) e pelo conseqüente processo de reestruturação do processo produtivo mundial.

Em decorrência da reestruturação do processo produtivo mundial, que tem seu cerne no avanço da financeirização e da flexibilização produtiva, o contexto socioespacial contemporâneo passou a ser marcado por uma “generalização da urbanização” (SPOSITO, 1999), fenômeno que corresponde à disseminação de novos comportamentos e códigos sociais e que, concomitantemente, provoca e é provocada, pela produção de novos arranjos e dinâmicas socioespaciais, novas espacialidades (SOJA, 1993).

Não temos mais, apenas, um processo de difusão da urbanização pelo aumento do número e tamanho das cidades e dos papéis que desempenham na divisão social do trabalho, mas temos uma urbanização que se reconstrói, também, como espacialidade que se redesenha a partir da fragmentação do tecido urbano e da intensificação da circulação de pessoas, mercadorias, informações, ideias e símbolos (SPOSITO, 1999, p. 84).

Sob o aspecto da reestruturação urbana compreende-se que há transformações no que tange aos elementos da estrutura espacial da cidade (SANTOS, 1988), provocando novos arranjos e dinâmicas dos agentes que produzem o espaço urbano.

---

<sup>7</sup> Um exemplo desse processo ocorreu em Paris, no século XIX, onde a expansão dos meios de transporte “estimulou a periferização dos mais pobres, antes alojados de forma insalubre nas áreas centrais da cidade” (SPOSITO, 2004, p.268).

De acordo com SOJA (1993) a reestruturação urbana não é um processo mecânico ou automático, não podendo ser compreendido, portanto, como um fenômeno pré-determinado.

Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originada de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidades e mudanças. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente (SOJA, 1993, p. 194).

Considerando a conceituação do autor, pode-se entender a reestruturação como um conjunto de mudanças que se desenvolvem no espaço urbano, as quais se processam em determinado período de tempo de modo intenso e profundo ditando impactos de caráter político-econômico e provocando rupturas nas dinâmicas e relações sociais previamente existentes, contudo, não se anulando diante de sua ocorrência a permanências ou continuidade de práticas socioespaciais ulteriormente estabelecidas. Isto porque o espaço urbano possui em seu cerne estruturas herdadas de tempos e processos socioespaciais distintos, cujas alterações implicam a reconfiguração das formas e funções que o caracterizam (SANTOS, 1988).

A cidade contemporânea tem nos processos de descentralização e expansão do tecido urbano, favorecidos pelo incremento no uso dos transportes, tanto coletivo quanto individuais, (CORREA, 1989) uma das maiores expressões de sua reestruturação. Tais processos provocam a reconfiguração da cidade e a formação de novas centralidades, fenômenos esses que precisam de uma abordagem detalhada.

## 2.2. O CENTRO E A CENTRALIDADE URBANA

Sposito quando parte para o entendimento da estruturação da cidade na contemporaneidade, afirma que a mesma consiste num fenômeno complexo que não se pode mais compreender apenas pelos dois subconjuntos (centro-periferia) (SPOSITO, 2004).

Santos realiza sua contribuição quando nos ajuda a pensar os centros da cidade dentro da perspectiva dos países subdesenvolvidos. Diante disso, ele elenca dois aspectos fundamentais para a análise do centro: por ser o nódulo da rede viária e na sua concentração de comércio e serviços para a população (SANTOS, 1981).

Para Castells (2014) o centro estaria representado pela diversidade de conteúdos sociais em determinado local geográfico, sendo que seu entendimento seria pautado apenas no contexto

da estrutura urbana e do seu respectivo processo histórico que lhe fora desenvolvido (CASTELLS, 2014).

Acerca da localização do centro, Sposito faz algumas ressalvas importantes para serem destacadas, conforme a autora o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou. Ela afirma que ele é antes de tudo o ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se deslocam para a interação destas atividades localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela (SPOSITO, 1991).

Entende-se que o sentido que se dá a categoria centro remete-se àquilo que lhe é fixo e aos atributos nele contidos pela sua importância na interação das pessoas e de suas atividades, configurando-se como um nó. Na direção de Sposito, Salgueiro (2013) também nos auxilia no entendimento de centro quando acrescenta que ele se caracteriza pela grande intensidade de usos do solo e a redução do número de alojamentos, pela atração que exerce sobre visitantes para fazer compras, tratar de negócios, da saúde, ou por simples lazer e, ainda, pelo importante volume de emprego que fornece (SALGUEIRO, 2013).

Villaça (2001) caracteriza o centro dando importância para a localização e acessibilidade, segundo o autor o centro é o ponto na qual aperfeiçoa os deslocamentos socialmente condicionados pela sociedade. Nesse sentido, a acessibilidade é um fator preponderante, pois lhe qualifica como o centro, sendo este o espaço da cidade que se pode chegar com mais facilidade em relação à outros espaços na acessibilidade pela quantidade de linhas de transportes públicos. (VILLAÇA, 2001); (JOHNSON, 1974) Acerca da acessibilidade, Zandonadi (2008) aponta que este é um elemento que influencia diretamente no desenvolvimento das atividades no centro, atividades estas dos mais variados tipos (ZANDONADI, 2008).

Assim como a localização, Villaça (2001) pontua que a acessibilidade também é um fator preponderante, interferindo diretamente na configuração da centralidade. Segundo o autor, a acessibilidade tem relação com o controle do tempo, embora mostrando suas ressalvas quando coloca que a tecnologia pode modificar esse processo, contudo mostra que o aspecto social ainda é o mais relevante no âmbito do acesso aos lugares (VILLAÇA, 2001).

A partir do exposto acima e com o intuito de avançar na análise, embora sempre retomando alguns pontos já elencados anteriormente, parte-se para a exploração acerca do processo da centralidade urbana. Antes de tudo, Zandonadi (2008) aponta que a compreensão do

conteúdo que a centralidade traz consigo, condiz com seus diferentes momentos históricos juntamente com seus recortes dentro do processo socioespacial. Pois assim como a estrutura urbana é dinâmica e contínua, a centralidade também segue esse perfil, já que seus conteúdos estão sempre em mudança (ZANDONADI, 2008).

Um dos autores dentro da vertente da geografia quantitativa que iniciou os debates acerca da centralidade urbana foi Walter Christaller, tal autor aliou nos estudos urbanos a esfera econômica para entender os processos espaciais. Com a teoria dos lugares centrais, Christaller procurou explicar dentro de uma escala regional, a organização econômica das sociedades modernas no que tange os bens e os serviços. Segundo ele, estes últimos “são, em via de regra, oferecidos centralmente em cidades, ou em outros lugares centrais, por ser mais vantajoso no ponto de vista econômico” (CHRISTALLER, 1966, p.20, tradução dos autores).

Desse modo, o autor entende que tais atividades hierarquizam os lugares quando utiliza como critério a frequência com que são visitados pelas suas ofertas. Nesse sentido, postula-se que a sua centralidade é mensurada pela importância dos bens e serviços oferecidos nesse centro. A ocorrência da hierarquia dos lugares surge na medida da importância que este centro contém em relação ao restante da região circundante, já que possui espaços funcionais de maior raridade (CHRISTALLER, 1966).

A fim de apresentar as contribuições marxistas para o estudo da centralidade em relação a diversos aspectos que são envolvidos diretamente, parte-se primeiramente do entendimento de Castells (2014) que o percebe imbricado com a estrutura urbana. Nesse sentido, a centralidade urbana é vista a partir da noção dos níveis: econômico, político-institucional, ideológico. Assim, o autor afirma que a centralidade pode ser vista como um ajuste entre as atividades econômicas, político-administrativas, da prática social e da representação coletiva corroborando para a manutenção do conjunto da estrutura urbana.

Desse modo, entende-se que o autor procura mostrar o centro através do seu espaço físico que detém as suas funcionalidades com diversos atributos, embora sendo necessárias como fio condutor da concretização da centralidade as redes de transportes e de telecomunicações (CASTELLS, 2014). Portanto, apreende-se nas formulações do autor que o centro se baseia naquilo que é fixo no território enquanto a centralidade é composta pelos fluxos, caracterizando-se assim o centro como expressão e base do processo da centralidade (CORREA, 1989).

Acerca da relação da forma e do conteúdo que a estrutura urbana recebe, Lefebvre (2002) aponta a tendência da emergência da policentralidade, isto ocorre na ruptura de espaços

da cidade distantes da área central, culminando na constituição de outros centros podendo ser atribuído diversos caracteres, tanto dispersivo quanto segregacionista (LEFEBVRE, 2002).

Correa (1997) procura repensar a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller para a estrutura urbana. Nesse sentido alguns pontos são destacados pelo autor como fundamentais na busca do realinhamento da teoria clássica, seriam eles: partir do princípio da existência de uma matriz pré-capitalista que foi o suporte para a rede hierarquizada dos centros; a relação direta dessa estrutura espacial das redes de localidades terem influência histórica na formação das centralidades e; por último, a forma dessa rede hierarquizada refletida em centro e subcentros possuindo uma ordem, sobretudo, política e econômica (CORREA, 1997).

Sposito (2005) quando avalia a centralidade, busca sua análise relacionada ao centro. Conforme a autora tanto uma como a outra possuem determinantes objetivas e subjetivas, já que são definidos pelo mercado e sua acessibilidade ditada pela localização, mas também contendo um simbolismo produzido historicamente pelos produtores do espaço e pelo mercado (SPOSITO, 2005).

Um ponto importante a ser mencionado sobre a diferença do centro para centralidade se dá no que Sposito (2004) coloca. A autora afirma que o centro pode ser delimitado a partir da percepção do nível de densidade das atividades de comércio e de serviços, contudo a centralidade não pode ser colocada em limites já que sua ação pode ser modificada dentro do tempo e do espaço de maneira rápida indo para além do intra-urbano (SPOSITO, 2004).

Diante destas exposições, Lefebvre (2002) destaca uma questão relevante quando se pensa a centralidade, para além dos fatores econômicos. O autor ressalta a importância da sociedade, assim como faz quando aborda a produção do espaço, como elementar para a sua existência, pois segundo ele nada existe sem as interações e as relações sociais, já que o processo da centralidade se dá de modo dialético, construindo e destruindo, não criando nada, mas criando tudo (LEFEBVRE, 2002).

Serpa, quando utiliza como *locus* de sua pesquisa a periferia soteropolitana, avança para outra possibilidade de centralidade vinculada nas formas de reprodução da vida na cidade através de seu valor de uso e na apropriação. O autor afirma que essa centralidade existe em espaços residuais e opacos, nas periferias sociais e geográficas da metrópole. Nesse sentido, o papel histórico da periferia é preponderante no processo de formação da centralidade (SERPA, 2013). Assim como, concordando com outros autores, os fatores que também influenciam são a localização, a oferta de emprego e o valor dos produtos e serviços.

Pensamento que converge com o de Serpa, é Barreto (2010) que amplia a dimensão do entendimento da noção de centralidade, conforme o autor:

A condição de centralidade resulta não só da funcionalidade que marca um espaço concreto da cidade, mas também da imagem, do bem-estar e do prazer visual, sustentada na qualidade da arquitetura, do espaço público e da paisagem (BARRETO, 2010, p.38).

Diante do exposto acima, é notória a necessidade de buscar elementos que nos proporcionem um entendimento da centralidade a partir da categoria de lugar (SERPA, 2013) e das representações que são levantadas socialmente que traduzem o sentido através da imagem, do bem-estar e das demais satisfações que possam vir a ser proporcionadas (ZILHÃO, 2013).

À vista disso, Serpa (2013) parte do pressuposto de que é preciso pensar o lugar como a instância que intermedia o indivíduo ao mundo. Articulando os conceitos de lugar e centralidade, o autor comenta que se baseia na ordem qualitativa e simbólica, mesmo não excluindo análises quantitativas e técnicas. A proposta é evitar, sobretudo, a consolidação de uma “visão hierárquica e estritamente funcional” (SERPA, 2013).

Nesse sentido, Serpa (2013) procura superar alguns princípios que norteiam o exame da centralidade urbana contemporânea. Alguns destes princípios seriam: a superação da rígida dicotomia centro-periferia, por entender que o processo da centralidade é dinâmico e histórico de apropriação espacial e de identificação da população nas áreas centrais; e na valorização da rica diversidade de situações e de sujeitos, favorecendo o entendimento da centralidade de modo que se possa analisar tal conceito para além do desigual (que a ideia de centro e periferia oferece), mas também para com o diferente (SERPA, 2013).

### 2.3. CENTRALIDADE URBANA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Com a necessidade de avançar na discussão, apresenta-se como recurso teórico-metodológico, advindo da psicologia social, a representação social. Tal recurso será utilizado na tentativa de abarcar componentes que favoreçam e ampliem o entendimento da centralidade urbana a partir da intersubjetividade dos sujeitos. Nesse sentido, destaca-se particularmente as contribuições de Moscovici que, a partir de 1960, construiu o conceito de representação social. Segundo o autor sua teorização parte do pressuposto de que os indivíduos são produtores de significados, não se configurando apenas como meros receptores de informações (MOSCOVICI, 2007).

É importante destacar os elementos que são utilizados para a interpretação da representação social, Moscovici (2007) articula componentes da cognição, comunicação e dos afetos do ser humano para tal. Com isso, se distancia da linha de pensamento do positivismo, reafirmando a interatividade entre os indivíduos através do cotidiano (ZILHÃO, 2013).

Zilhão entende que a representação social são os princípios reguladores inseridos no processo de conhecimento e significação a partir das relações sociais. Assim, como tal fenômeno é produzido socialmente, favorece a construção de uma realidade comum a um determinado conjunto social reorientando suas práticas cotidianas (ZILHÃO, 2013).

O fenômeno da representação social pode ser analisado na cidade, a partir da comunicação interindividual rotineira que partilha e constrói o processo de significação do urbano, já que é uma “modalidade de conhecimento vocacionado para a prática” (ZILHÃO, 2013, p.65) Dessa maneira, o autor postula que:

[...] se a informação que as pessoas têm sobre a cidade é o resultado da sua interação com essa cidade, e se os significados sociais são uma parte importante da representação da cidade, a cidade pode, então, ser estudada como uma representação social (*ibidem*).

Dois mecanismos postulados por Moscovici (2007) são fundamentais, pois favorecem o entendimento de que as representações sociais pelos sujeitos são desenvolvidas por meio da ancoragem e objetificação. O primeiro se baseia na integração de novas informações em categorias que o sujeito já detém através de experiências anteriores, isto é, a ancoragem atua no processo de familiarizar o que antes não era vivenciado pelo indivíduo. Como demonstra Moscovici:

Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Nós experimentamos uma resistência, um distanciamento, quando não somos capazes de avaliar algo, de descrevê-lo a nós mesmos ou a outras pessoas. O primeiro passo para superar essa resistência, em direção à conciliação de um objeto ou pessoa, acontece quando nós somos capazes de colocar esse objeto ou pessoa em uma determinada categoria, de rotulá-lo com um nome conhecido (MOSCOVICI, 2007, p.63).

Já a objetificação atua na união da ideia daquilo que antes não consistia como familiar, na tentativa de tornar aquilo real de tal modo que seja visível e acessível ao sujeito (*ibidem*).

Partindo do exposto, Zilhão (2013) nos apresenta a representação social na figura da cidade através da centralidade urbana. Essa associação faz com que a âncora da representação social seja o centro, entendendo o autor que é o lócus essencial dos processos de ancoragem e objetificação do sujeito na cidade. Conforme Zilhão o centro, além de ser posterior à

objetificação, é também anterior ao passo que no processo de formação dos centros das cidades “a evolução histórica urbana criou condições para a construção dos centros enquanto elementos âncora, através do reforço” (ZILHÃO, 2013, p. 67) no espaço de práticas sociais.

Segundo o autor, conforme o desenvolvimento das cidades, esses espaços urbanos com o passar do tempo adquirem sentido para o indivíduo pela sua dinâmica urbana pelo seu uso diário e coletivo em espaços públicos urbanos centrais por serem mais acessíveis (ZILHÃO, 2013).

Embora no decorrer do crescimento das cidades os espaços públicos livres e centrais apresentarem uma mudança na sua configuração de valor de uso para o valor de troca através, sobretudo, da inserção de um comércio concorrencial, tais espaços continuam com um sentido comunicativo interindividual no cotidiano urbano. Contudo, há de se ressaltar que são ditados para além das práticas de sociabilidade e das manifestações cívicas, agora capturadas também por uma lógica do consumo que assim como as práticas históricas anteriores aglutinam o coletivo no centro da cidade (ZILHÃO, 2013).

Diante de tal processo, o autor destaca que o centro pode ser entendido como o lócus urbano em que a capacidade social dos sujeitos de atribuir e partilhar significações comunica e reproduz o sentido e significado reforçados. Nesse sentido, “o centro resulta, não só de atributos físicos e funcionais intrínsecos, mas resulta, também, de qualidades atribuídas e reforçadas pelos mecanismos do processo de representação social da cidade” (ZILHÃO, 2013, p.68).

Conforme o autor, com a emergência de novas centralidades e de novas acessibilidades no espaço urbano, o centro tradicional, como já discutido anteriormente por Barreto (2010), perde a importância não somente em seu aspecto funcional, mas também como o lócus de referência dos sujeitos, sobretudo, para o entendimento do cotidiano pelas suas vivências diferenciadas (ZILHÃO, 2013).

## 2.4 A CENTRALIDADE DE ICOARACI E A REPRESENTAÇÃO DE SEUS AGENTES SOCIAIS

O Distrito de Icoaraci está localizado na parte setentrional do município de Belém, institucionalmente é reconhecido como DAICO (Distrito Administrativo de Icoaraci)<sup>8</sup>, possuindo 167.035 habitantes (PMB, 2011), distribuídos em nove bairros – Águas Negras,

---

<sup>8</sup>Entende-se como Distrito Administrativo o agrupamento de bairros e/ou áreas limítrofes com densidade demográfica e funções urbanas, diversificadas ou não (Lei Municipal nº 7682/1994).

Agulha, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Maracacuera, Paracuri, Parque Guajará, Ponta Grossa e Tenoné.

Apresenta uma centralidade constituída a partir de fatores diversos, como o comercial, já que se constituiu como colônia de pescadores e entreposto comercial em virtude da sua posição em relação ao núcleo central de Belém, tendo os rios como importante meio de locomoção (DIAS, 2007); a formação de um polo oleiro e artesanal e também pela questão da moradia, pois a partir da segunda metade do século XX, configurou como área de expansão da atividade industrial, principalmente pesqueira e madeireira, constituindo local de moradia da classe trabalhadora e de migrantes atraídos pelo contexto regional amazônico pós 1950 (CARDOSO, *et. al.*, 2006).

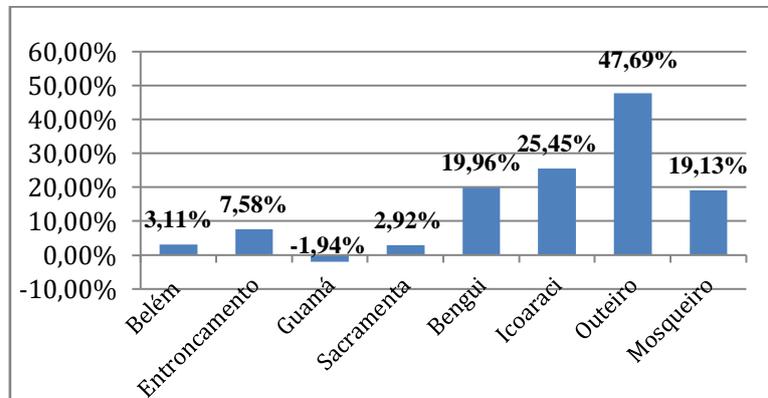
Nas últimas décadas sua incorporação à dinâmica metropolitana tem se dado, preponderantemente, por meio do vetor de expansão da Avenida Augusto Montenegro, que se caracteriza pela expansão da ação do mercado imobiliário, implantação de grandes objetos de consumo e pela introdução de uma nova dinâmica na produção do espaço da moradia, marcada pela multiplicação exponencial de habitações padronizadas (de tipologias diversas) e por bairros planejados pautados na apropriação privada de recursos naturais, a exemplo do novo bairro, o Antônio Lemos, que está sendo implantado em Icoaraci, cuja justificativa para criação se deu em torno da captura e potencialização da área, com previsão de implantação de um novo *shopping center*, às via de acesso e integração metropolitana<sup>9</sup>.

Icoaraci integra a área de maior adensamento da metrópole nos últimos anos, como demonstram os dados no Gráfico 2 e bojo de ocorrência de um processo de reestruturação metropolitana percebe-se que sua centralidade apresenta importância significativa, contudo, tal importância deve ser redimensionada visando suplantar os interesses de agentes locais em favor dos interesses de agentes hegemônicos que atuam em escala metropolitana. Considerando o embate de forças resultante de tal processo, torna-se importante entender, a partir das representações dos agentes sociais locais, seus posicionamentos, e possíveis resistências, face às transformações em curso.

---

<sup>9</sup> O novo bairro é formado por áreas desmembradas dos bairros Maracacuera e Águas Negras. De acordo com entrevista feita pelo Portal redepara com o presidente da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (Codem), Danilo Soares, a criação do bairro naquela área foi pautada nos princípios de maior proximidade com o meio ambiente, ampliação da mobilidade e da integração e comunicação com outros municípios metropolitanos, a partir de Ananindeua (<https://redepara.com.br/Noticia/190336/prefeitura-de-belem-homenageia-antonio-lemos-com-novo-bairro-em-icoaraci>, acesso em 29/07/2019).

Gráfico 1: Belém-PA – Crescimento da população, por distrito, números relativos. 2000-2010



Elaboração dos autores  
Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010.

Os sujeitos escolhidos para a análise nesse trabalho foram os comerciantes e os moradores. A tipologia dos comerciantes se baseia em: a) comerciantes informais: vendedores ambulantes. A escolha justifica-se por entender que essas atividades possui uma marginalização profunda pelos setores do circuito superior da economia, por ter uma gama de pessoas cuja atividade tem como esse meio o único sustento e também pelo intenso contato com consumidores do distrito e adjacências pelo produto de baixo valor comercial que é vendido, na sua maior quantidade nas feiras de Icoaraci.

A fim de abarcar na análise os moradores do distrito com suas narrativas através das memórias (FERREIRA, 2014), o intuito é compreender as percepções dos moradores e, se existir, das associações de moradores dos referidos bairros.

Durante as visitas a campo, entrevistamos alguns comerciantes, neste trabalho irá se destacar um comerciante informal que atua no bairro do Cruzeiro (área de elevado fluxo comercial e de serviços), quando perguntado acerca do movimento de pessoas que transitam e consomem o produto que o entrevistado comercializa, ele conta que:

Ixe, o movimento aqui sempre foi bom, por isso sempre trago minhas mercadorias pra cá mesmo, mesmo que o pessoal da fiscalização de vez em quando venham pra cá perturbar. Vem gente do Tenoné, do Maguari, do Tapanã, da Pratinha, do Outeiro e de vez quando aparece gente do Marajó e de Cotijuba, mas a maioria do povo mesmo é tudo daqui de perto de Icoaraci. (vendedor ambulante, entrevistado em fevereiro de 2019).

No mesmo dia, com a intenção de abarcar diversos sujeitos que compõem a produção do espaço cotidiano, entrevista-se uma jovem (26 anos) que relata ser moradora de Icoaraci

desde seu nascimento, quando perguntada o espaço no qual ela utiliza para a realização de seu consumo, a mesma nos aponta que:

Antes eu vinha com mais frequência para esse espaço, [se referindo ao centro do distrito localizado no bairro do Cruzeiro] tem muita coisa aqui, mas confesso que frequento mais o Parque [se referindo ao *shopping center* localizado na Avenida Augusto Montenegro no bairro do Benguí na cidade de Belém] por ser perto, ter mais segurança e ser mais bonito. (consumidora e moradora, entrevistada em fevereiro de 2019).

Em conversas também com dois moradores de Icoaraci, no qual um deles é líder de uma associação de moradores. Quando perguntados acerca do que seria Icoaraci na concepção deles e se eles têm o interesse de sair do Distrito em direção de residir em bairros próximos do centro tradicional de Belém, seu Manoel (69 anos) morador do bairro da Campina de Icoaraci há 43 anos não hesita em dizer:

De jeito nenhum! Icoaraci é tudo para mim, resolvo minhas coisas todas aqui. Eu vim do Maranhão novo, cheguei sem nada com uma mão na frente e outra atrás lá em Belém, vim para cá e essa cidade me acolheu, tenho muitos amigos aqui desde a época que pescava em alto mar (morador, entrevistado em fevereiro de 2019).

Quando a mesma pergunta foi realizada para a líder da associação de moradores Morada de Deus no bairro da Maracacuera, a senhora Maria (47 anos) conta que:

Olha moço, eu vim para cá há 21 anos, vim do bairro da Sacramento [bairro localizado na periferia do centro de Belém], morava de favor, me falaram que Icoaraci era bom pra morar e viemos pra cá lutar pela nossa terra pra construir nossa casinha. E hoje, graças a Deus, ajudo também aqui na comunidade quem não tem como construir e tenho certeza que esse povo daqui é muito grato por ter Icoaraci como uma cidade que nos acolheu. Nós vamos lá para “baixo” [centro do Distrito de Icoaraci] resolver nossas coisas, a gente faz nossas compras, paga nossas contas, vai no posto de saúde, tudo a gente resolve aqui, dificilmente vou pra Belém tem praticamente tudo aqui (líder comunitária, entrevistada em fevereiro de 2019).

Com base na entrevista realizada com o comerciante informal apreende-se primeiramente, a dimensão em tamanho do centro existente em Icoaraci e a sua abrangência da sua centralidade (SPOSITO, 2004) sendo irradiada para além do distrito, como para bairros da cidade de Belém (como Benguí, Pratinha e Tapanã), tanto para outros distritos (como as Ilha de Caratateua, conhecido popularmente como Outeiro) e para além da região metropolitana (como a Ilha do Marajó).

Com base nos relatos da moradora e consumidora do Distrito encontrada no centro comercial, apreende-se a ideia de que o centro de Icoaraci promoveu por muito tempo uma centralidade para a entrevistada, contudo, com o surgimento de novos equipamentos de consumo seu cotidiano incidiu em alterações no que condiz ao seu circuito de compras e de serviços, já que o shopping localizado fora do lócus de pesquisa implica em um novo arranjo que até então

seus moradores não tinham à disposição. Entende-se, dessa maneira, que o fator da acessibilidade é um elemento relevante nesse contexto. (VILLAÇA, 2001)

Partindo para a análise das narrativas dos moradores entrevistados distantes da área que abriga o centro comercial do distrito, em bairros como Maracacuera e Campina de Icoaraci, percebem-se em seus discursos um tratamento ao distrito, devido à questão da localização dos aparelhos comerciais e de serviços localizados na área central de Belém, como se o distrito fosse algo não pertencente política e territorialmente à capital do estado do Pará, sendo evidenciado esse fato quando se utilizam do termo “*lá pra Belém*” e até mesmo quando o distrito assume em suas falas uma postura de cidade.

Os termos relatados por estes dois últimos moradores são recorrentes nos discursos de outros sujeitos que residem no Distrito, entende-se que diante de suas vivências e de suas memórias compartilhadas em seu cotidiano essas representações se tornam cada vez mais latentes. Tal fato envolve intrinsecamente a relação dos entrevistados possuírem Icoaraci como o espaço vivido deles no qual é evidente a contínua construção dessas representações nas apropriações socioespaciais que tais sujeitos realizam quando utilizam a área central histórica do distrito.

Apreende-se, assim, conforme Zilhão (2013) explana que o processo cognitivo de ancoragem e objetificação dos sujeitos moradores do distrito são representados pelo centro de Icoaraci, ao invés da área central de Belém, isto é, diante de elementos novos incorporados no consciente dos indivíduos a partir do seu cotidiano que lá se apropriam desse espaço (seja na realização de compras, nos pagamentos de contas ou para uma simples consulta ao posto de saúde), as bases de referenciação desses processos estariam vinculadas à Icoaraci.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as práticas socioespaciais desses sujeitos reforçam nas representações sociais constituídas pelas inter-relações entre os mesmos (diante da comunicação interindividual rotineira que partilha e constrói o processo de significação do urbano) o perfil de Icoaraci como um propagador da centralidade ocasionada pela facilidade de acesso que o referido centro proporciona.

Há, contudo, que ressaltar como modo de contrapor as distintas representações sociais existentes pelos sujeitos que compõem o distrito, sobretudo, no resgate da narrativa da consumidora/moradora encontrada durante a entrevista no centro comercial do *lôcus* de pesquisa.

De modo breve, conclui-se que distintas vivências e percepções que culminam na mudança dos elementos que constituem na significação do urbano por alguns grupos aqui

destacados pela sua faixa etária, como da jovem entrevistada (e entre outros sujeitos encontrados, embora não tenham aqui sido analisados) contribuem para o entendimento da centralidade através de novos espaços de consumo forjados pela metrópole que cada vez mais implementa, através do setor financeiro como um elemento fundamental na compreensão da produção do espaço urbano contemporâneo, objetos espaciais a fim de moldar sob os padrões da modernidade estruturas de consumo como os de *shopping centers* (PINTAUDI e FRUGOLI JR, 1992; EEROLA, 2006; OLIVEIRA JR e MARTINS, 2008).

Tais elementos que avançam seguindo o caminho da expansão urbana e do consequente alastro do espaço metropolitano alcançam espaços que até então não eram abarcados por essas novas dinâmicas que incidem para além do físico (numa perspectiva da base espacial), assim como para o cognitivo dos indivíduos que produzem e se apropriam do espaço urbano, fornecendo novas bases de representação do que seria o consumo sob a égide da modernidade e todo o discurso que nele contém abarcando itens como segurança, acessibilidade e higiene contidos na narrativa da entrevistada e como relata o antropólogo Frúgoli Jr. (1992) sob o ambiente que os *shoppings centers* oferecem, segundo o autor:

[...] o clima é uniforme, não há becos escuros, ruas esburacadas ou problemas de trânsito, os "indesejáveis" são banidos. Rígidos esquemas de segurança impedem que "marreteiros, mendigos, trombadinhas, prostitutas, travestis, gangs rebeldes, 'loucos' e mesmo 'tipos exóticos'" tragam as "desordens da geografia urbana" para a asséptica paisagem (FRUGOLI JR, 1992, p.77).

Tal paisagem asséptica apontada pelo autor é um arranjo mais recente de estilo de consumo e representações simbólicas da urbanidade capitalista (PINTAUDI, 1992) sendo um “exemplo da globalização da economia, arquitetura, padrões de consumo e de hábitos de vivência urbana que se alastraram do Primeiro ao Terceiro Mundo” (EEROLA, 2006, p. 4) que é capitaneado pelo capitalismo perverso, no qual Lefebvre aponta sob a perspectiva da sociedade moderna do consumo dirigido.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexificação que a reestruturação urbana promove no contexto metropolitano, apreende-se que assim como as formas e as funções são modificadas – quando se pensa no contexto de uma base espaço-tempo – seus agentes sociais por meio de suas práticas, vivências e inter-relações compõem também um elemento fundamental para a compreensão das transformações no contexto de tal complexificação.

Neste trabalho a centralidade de Icoaraci é evidenciada, pois ela é atualmente envolvida por um cenário que exige a necessidade de um olhar para o que a envolve, o contexto de avanço da metrópole. Processo este que vêm para redefinir as dinâmicas que até então se encontravam dispostas em seu espaço urbano.

Com as contínuas mudanças, a centralidade que Icoaraci exprime é colocada em atenção quando foca-se nos agentes produtores do espaço urbano que cotidianamente se apropriam da referida área e o tomam como referência espacial, de vivência, de comunicação, de memória e identidade. Contudo, como exposto nas seções anteriores, esse quadro de representação social não é homogêneo por parte dos grupos que produzem o espaço de Icoaraci e que mudanças nas percepções de localização, acessibilidade e consumo estão sendo transformadas por uma intensa financeirização da metrópole.

Embora atualmente as constantes transformações sejam evidenciadas de maneira mais latente no cotidiano do espaço urbano de Icoaraci, ressalta-se a possibilidade de interpretação da centralidade urbana sob uma perspectiva flexibilizada, na qual os agentes produtores do espaço e suas representações sociais sejam abordadas, assinalando uma centralidade urbana que parta de suas vivências, sejam elas no consumo, no trabalho ou em quaisquer outras relações que dinamizem tal espaço.

#### 4. REFERÊNCIAS

- BARRETO, R. **O centro e a centralidade urbana:** aproximações teóricas a um espaço em mutação. Lisboa: Cadernos curso de doutoramento em geografia FLUP, 2010.
- CARDOSO, A. C. D. *et. al.* A estruturação socioespacial da região metropolitana de Belém: de 1990 a 2000. **Novos Cadernos NAEA**. V. 10, n. 1, p. 143-183, dez. 2006, ISSN 1516-6481.
- CARLOS, A. **Espaço-tempo na metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. EnglewoodCliffs: New Jersey Prentice-Hall, 1966.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Trajelórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- COSTA, L. M. G. **Icoaraci:** formação socioespacial, tentativas de afirmação e de emancipação territorial. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belém, 2007.
- DIAS, M. B. **Urbanização e ambiente urbano no distrito administrativo de Icoaraci, Belém-PA**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- EEROLA, T. T. Shopping Centers: a construção de territórios de consumo na pós-modernidade. **El Norte: Finnish Journal of Latin American Studies** N. 1, Maio 2006, 1-16p.

- FERREIRA, N. dos S. **Memória e oralidade em 'Mãe das águas':** performance de narradores em Icoaraci. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Arte, Belém, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico** – resultados do universo, 1960; 1980; 1991; 2000 e 2010.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)/IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará). Projeto Governança metropolitana no Brasil. **Relatório 1.2** – Análise comparativa das funções públicas de interesse comum – RMB, dezembro de 2013. (Plataforma IPEA de Pesquisa em Rede).
- JOHNSON, J. H. **Geografia Urbana**. Barcelona: Oikos-Tau, 1974.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- LENCIONI, S. Para além da urbanização metropolitana: metropolização e regionalização pós-metropolitana. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. **O espaço e a metrópole: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 147-168.
- MARICATO, E. O impasse da política urbana. \_\_\_\_\_. O impasse da política urbana no Brasil. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 27-93.
- MENDES, L. A. S. **A urbanização metropolitana estendida: aspectos da produção do espaço de Belém e de sua região**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- OLIVEIRA JR, G; MARTINS, A. de M. Novas expressões de centralidade e aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade. **Mercator: Revista de Geografia da UFC**, ano 07, número 14, 2008, 1-18p.
- PARÁ – Governo do Estado do Pará, Companhia Docas do Pará. **Diagnóstico ambiental do porto organizado de Belém**, 2016, pdf. Disponível em: <https://www.cdp.com.br/documents/10180/26801/>, acesso 29/07/2019.
- PENTEADO, A. R. **Belém do Pará** – estudo de Geografia urbana. Vol. 1 e 2. Belém: UFPA, 1968 (Coleção Amazônia – Série José Veríssimo).
- PINTAUDI, S. M; FRÚGOLI JR; H. (Orgs.) **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: UNESP, 1992, 129p.
- PMB - Prefeitura Municipal de Belém. **Anuário estatístico de Belém 2011**. Capítulo 2 – Demografia. Disponível em [http://www.belem.pa.gov.br/app/ANUARIO\\_2011/2\\_01\\_Demografia.pdf](http://www.belem.pa.gov.br/app/ANUARIO_2011/2_01_Demografia.pdf). Capturado em setembro de 2014.
- RIBEIRO, W. O. Entre a metrópole e a cidade média: a complexidade das interações espaciais e das dinâmicas de centralidade da cidade de Castanhal, no nordeste paraense. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 1, p. 115-129, mês. 2016. ISSN 2179-0892.
- RODRIGUES, E. B. **Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém**: NAEA/UFPA, 1996.
- SALGUEIRO, T. B. Do centro às centralidades múltiplas. In: FERNANDES, J. A. R; SPOSITO, M. E. B. (orgs.) **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. Universidade do Porto-CEGOT, Oporto, 2013.
- SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

- SERPA, A. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, A.; SOUZA, M.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2013. 234p.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- SPOSITO, M. E. B. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F.; SEABRA, O. C. de L. (Orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 83-99.
- \_\_\_\_\_. Reestruturação das cidades. In: **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004, 504p.
- \_\_\_\_\_. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**. São Paulo: UNESP, n° 10, pp. 1-18, 1991.
- \_\_\_\_\_. “A produção do espaço urbano” em dez anos de GASPERR: reflexão individual sobre uma trajetória coletiva. In: SPOSITO, E. S. (org.). **Produção do Espaço e Redefinições Regionais: A construção de uma temática**. Presidente Prudente: GASPERR/FCT/UNESP, 2005.
- TRINDADE JÚNIOR, S. C. **A Cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém, 1998.
- \_\_\_\_\_. Assentamentos urbanos e reestruturação metropolitana: o caso de Belém. **Revista Geosp**, n. 4, p. 39-52, 1998b. ISSN-14147416. Pdf, disponível em :<https://www.revistas.usp.br/geosp/download/9334/802>, acesso em: 25/10/2018b.
- \_\_\_\_\_. Financeirização, lutas urbanas e produção alienadora da cidade. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. **O espaço e a metrópole: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p.285-308.
- VENTURA NETO, R. S. **Circuito imobiliário e a cidade – coalizões urbanas e dinâmicas de acumulação do capital no espaço intraurbano de Belém**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará. Instituto de Tecnologia. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2012.
- VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- ZANDONADI, J. C. **Novas centralidades e Novos Habitats: caminhos para a fragmentação urbana em Marília (SP)**. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.
- ZILHAO, A. Uma proposta multidisciplinar para o entendimento da centralidade urbana como facto social total. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXV, 2013, p. 55-77.